



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA  
CREA - PB**

---

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS  
MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM JUNHO DE 2019.**

João Pessoa/PBS, 24 de Janeiro de 2020.

**Aos Ilmos. Srs.**

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores do**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA-PB**

Endereço: Av. Dom Pedro I, 809 - Centro, João Pessoa - PB, 58013-021

João Pessoa/PB

A/C.: Presidente Antônio Carlos de Aragão

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CREA-PB** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 30/06/2019, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Tomada de Preço nº 08/2019, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O "S"PB



**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PB

Sócio Sênior

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA  
CREA - PB**

---

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM JUNHO DE 2019.

# Índice

---

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.2 METODOLOGIA.....	7
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	7
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO.....	7
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	8
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	9
<b>2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA .....</b>	<b>10</b>
2.1 FRAGILIDADE NA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS E AUSÊNCIA DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS EXISTENTES .....	11
2.2 BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO .....	12
2.3 RISCOS POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL.....	13
2.4 RISCOS POR RELEVÂNCIA VERTICAL .....	14
3. COMENTÁRIOS AS CONTAS ATIVAS .....	15
4. COMENTÁRIOS AS CONTAS PASSIVAS.....	21
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS.....	24
6. Licitações.....	27
<b>8. Conclusão .....</b>	<b>28</b>

## 1. INTRODUÇÃO

---

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba – CREA-PB**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, levado a efeito mediante visitas na Sede da Autarquia no mês de Janeiro de 2020, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2019, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 30 de junho do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

## 1.2 METODOLOGIA

---

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

## 1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

---

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

## 1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

---

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

## 1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

### ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

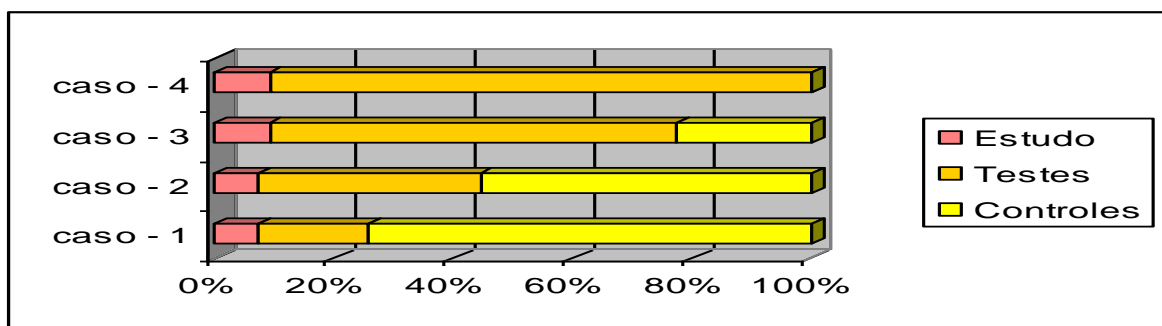
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

### AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

### GRÁFICO DE ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

## TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

### ✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

### ✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

## 1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

---

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CREA-PB para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas adotados pelos Regionais quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento, verificando, no caso da utilização do sistema compartilhado da Caixa Econômica Federal, se estão sendo obedecidos os termos do contrato firmado com o CREA-PB;
- ✓ Testamos os cálculos e remessas da Cota-Parte e do Fundo de Seções feitos pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os dados do CREA-PB;
- ✓ Verificamos a exatidão dos registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiro dos profissionais inscritos no Conselho;
- ✓ Procedemos teste para verificar a exatidão do efetivo controle relativo aos profissionais inscritos no Conselho, à inadimplência, à inscrição na dívida ativa e a execução fiscal;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;



- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extra contábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CREA-PB) e de seu cumprimento.

## **2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA**

---

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

## 2.1 FRAGILIDADE NA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNOS E AUSÊNCIA DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS EXISTENTES

---

A partir de análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos e os questionamentos aplicados, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

O **CREA – PB**, apesar de apresentar uma relativa estrutura de controle interno e sistema de informação, apresenta fragilidades quanto a ausência de procedimentos operacionais padrões para o controle das rotinas dos setores.

Ademais, o Conselho é vulnerável quanto ao registro de informações essenciais para um bom controle, conforme contatamos em Auditoria pgressas. Com o diagnóstico da ausência de controle interno adequado, a execução dos trabalhos de auditoria norteou-se pela checagem extensiva a análise minuciosa das situações de manutenção e regularidade das informações e a verificação da eficiência da gestão, observando os riscos inerentes a área.

A autarquia não possui um manual de políticas de governança implementado, o que sugerimos como medida fundamental para estabelecer os processos adequados a gestão de cada setor. Somente com políticas de governança claras e publicidade de diretrizes de gestão é que se viabiliza o mecanismo de *compliance* (normas e controle), a qual entendemos como ponto essencial ao **CREA - PB**.

Nesse sentido, com base em nossas análises e, limitado aos testes as áreas analisadas, sugerimos a revisão dos processos e rotinas estabelecidas aos controles internos adotados pelo Conselho, com um diagnóstico detalhado a cada área, com a implementação de uma política de governança, alinhada as políticas e diretrizes do sistema CONFEA/CREA. Conseqüentemente, a implementação e estruturação de rotinas e procedimentos (procedimentos operacionais padrões) adequados as políticas macro estabelecidas, buscando, além da regularidade dos processos, a consistência das informações essenciais a qualquer gestão para a eficiência administrativa.

## 2.2 BALANCETE ADAPTADO A MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em Junho de 2019 sob exame, bem como da análise dos relatórios anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO
Orçamentário
Fiscal
Estratégico
Reputação
Integridade
Operacional
Gestão
Regulação
Processos
Licitações
Recursos Humanos
Contábil
Serviços
Fornecedores
Despesas
Receitas

<b>IMPACTO</b>	<b>Grande</b>	5
	<b>Relevante</b>	4
	<b>Moderado</b>	3
	<b>Pequeno</b>	2
	<b>Insignificante</b>	1

Matriz de Riscos					
	5	10	15	20	25
5	4	8	12	16	20
4	3	6	9	12	15
3	2	4	6	8	10
2	1	2	3	4	5
	1	2	3	4	5
	Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
	< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90	>90%

### PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

## 2.3 RISCO POR RELEVÂNCIA HORIZONTAL

Referida análise visa explicar a variação percentual positiva de **13,33%** (treze inteiros e trinta e três centésimos) verificada nos saldos do Ativo e no Passivo, que perfaz um aumento patrimonial de **R\$3.258.583,76**, ocorrida entre os exercícios de 2019 e 2018 propiciando assim analisarmos a relevância de cada saldo a partir do volume monetário transacionado em cada rubrica, no período sob exame, levando em consideração dos os exercícios sob exame.

ATIVOS	SALDOS		Variação 1º sem/19 X 2º sem/18		RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior (R\$)	R\$	A/H (%)	< A/H >
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>	6.015.549,24	3.666.016,87	2.349.532,37	64,09	Alto ●
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	5.937.949,84	3.589.540,98	2.348.408,86	65,42	Alto ●
BANCOS-C/MOVIMENTO	272.963,00	206.086,52	66.876,48	32,45	Alto ●
BANCOS-C/VINCULADA	5.664.986,84	3.383.454,46	2.281.532,38	67,43	Alto ●
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	57.123,87	57.123,87	0,00	0,00	Nula ●
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A C.P.</b>	4.837,60	500,00	4.337,60	867,52	Alto ●
ADIANTAM. CONCEDID. A PESSOAL E A TERC.	3.441,50	-	3.441,50	100,00	Alto ●
CRÉDITOS A REC. POR DESCENT. DA PREST. DE SERV. PÚB.	1.396,10	500,00	896,10	179,22	Alto ●
<b>ESTOQUES</b>	15.637,93	18.852,02	-3.214,09	-17,05	Relativo ●
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	21.690.009,89	20.780.958,50	909.051,39	4,37	Baixo ●
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	1.473.726,03	507.290,46	966.435,57	190,51	Alto ●
<b>IMOBILIZADO</b>	20.216.283,86	20.273.668,04	-57.384,18	-0,28	Baixo ●
BENS MÓVEIS	3.705.357,48	3.397.481,89	307.875,59	9,06	Baixo ●
BENS IMÓVEIS	18.823.719,98	18.755.796,97	67.923,01	0,36	Baixo ●
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO AC.	-2.312.793,60	-1.879.610,82	-433.182,78	23,05	Alto ●
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-1.003.578,60	-832.238,82	-171.339,78	20,59	Alto ●
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-1.309.215,00	-1.047.372,00	-261.843,00	25,00	Alto ●
<b>TOTAL</b>	<b>27.705.559,13</b>	<b>24.446.975,37</b>	<b>3.258.583,76</b>	<b>13,33</b>	<b>Relativo</b> ●
<b>PASSIVOS</b>	SALDOS		Variação 1º sem/19 X 2º sem/18		RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior (R\$)	R\$	A/H (%)	< A/H >
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	988.760,67	862.553,66	126.207,01	14,63	Relativo ●
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSISTENC. A PG. A C.P.	174.345,18	168.539,28	5.805,90	3,44	Baixo ●
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	115.602,12	26.724,52	88.877,60	332,57	Alto ●
PROVISÕES A CURTO PRAZO	653.358,57	603.372,26	49.986,31	8,28	Baixo ●
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	45.454,80	63.917,60	-18.462,80	-28,89	Alto ●
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	Nulo ●
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	988.760,67	862.553,66	126.207,01	14,63	Relativo ●
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.584.421,71	-	23.584.421,71	100,00	Alto ●
Superávits ou Déficits do Exercício	3.132.376,75	3.341.676,60	6.474.053,35	-193,74	Alto ●
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	26.926.098,31	-26.926.098,31	-100,00	Alto ●
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	26.716.798,46	23.584.421,71	3.132.376,75	13,28	Relativo ●
<b>TOTAL</b>	<b>27.705.559,13</b>	<b>24.446.975,37</b>	<b>3.258.583,76</b>	<b>13,33</b>	<b>Relativo</b> ●

## 2.4 RISCO POR RELEVÂNCIA VERTICAL

Precitada análise é uma ferramenta útil ao conhecimento da relevância decorrente da composição e da exposição da proporção dos itens considerados individualmente em relação a seu todo, nesse caso chamamos exposição ativa. Neste diapasão depreende-se a seguinte posição:

ATIVOS	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO	
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		6.015.549,24	21,71	Alto ●
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		5.937.949,84	21,43	Alto ●
BANCOS-C/MOVIMENTO		272.963,00	0,99	Baixo ●
BANCOS-C/VINCULADA		5.664.986,84	20,45	Alto ●
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		57.123,87	0,21	Baixo ●
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A C.P.</b>		4.837,60	0,02	Baixo ●
ADANTAM. CONCEDID. A PESSOAL E A TERC.		3.441,50	0,01	Baixo ●
CRÉDITOS A REC. POR DESCENT. DA PREST. DE SERV. PÚB.		1.396,10	0,01	Baixo ●
<b>ESTOQUES</b>		15.637,93	0,06	Baixo ●
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		21.690.009,89	78,29	Alto ●
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		1.473.726,03	5,32	Baixo ●
<b>IMOBILIZADO</b>		20.216.283,86	72,97	Alto ●
BENS MÓVEIS		3.705.357,48	13,37	Relativo ●
BENS IMÓVEIS		18.823.719,98	67,94	Alto ●
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO AC.		-2.312.793,60	-8,35	Baixo ●
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		-1.003.578,60	-3,62	Baixo ●
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis		-1.309.215,00	-4,73	Baixo ●
<b>TOTAL</b>		<b>27.705.559,13</b>		
PASSIVOS	SALDOS		RISCO DE EXPOSIÇÃO	
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	< A/V >
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		988.760,67	3,57	Baixo ●
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSISTENC. A PG. A C.P.		174.345,18	0,63	Baixo ●
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		115.602,12	0,42	Baixo ●
PROVISÕES A CURTO PRAZO		653.358,57	2,36	Baixo ●
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		45.454,80	0,16	Baixo ●
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		0,00	0,00	Nulo ●
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		988.760,67	3,57	Baixo ●
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		23.584.421,71	85,13	Alto ●
Superávits ou Déficits do Exercício		3.132.376,75	11,31	Relativo ●
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	Nulo ●
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		26.716.798,46	96,43	Alto ●
<b>TOTAL</b>		<b>27.705.559,13</b>		

### 3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

#### 3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **21,71%** do saldo total do ativo em 2019, recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de **R\$ 2.349.532,37** equivalentes a **64%** de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco”, do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS		Variação 1º sem/19 X 2º sem/18			
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	6.015.549,24	21,71	3.666.016,87	15,00	2.349.532,37	64,09
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	5.937.949,84	21,43	3.589.540,98	14,68	2.348.408,86	65,42
BANCOS-C/MOVIMENTO	272.963,00	0,99	206.086,52	0,84	66.876,48	32,45
BANCOS-C/VINCULADA	5.664.986,84	20,45	3.383.454,46	13,84	2.281.532,38	67,43

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

##### 3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo o saldo responde individualmente por aproximadamente **99%** do total do disponível da Autarquia, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível e de resto do Balanço Patrimonial como um todo, a qual apresentou a seguinte variação no período.

##### ✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicado na CEF e no BB, conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização as instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Obtivemos resposta das instituições financeiras as respeito das cartas de circularizações enviadas. Por tanto nos possibilitando de validar os saldos das contas por fonte externas, como também de validar informações importantes contidas nas cartas enviadas, como:

- 1. Os saldos de todas as contas de depósito, à ordem e/ou a prazo, indicando a sua natureza e o número das respectivas contas, bem como eventuais restrições a que os mesmos estejam sujeitos.*
- 2. No caso de existirem contas movimentadas a descoberto, indicação sobre as suas condições de movimentação, referindo as fianças ou outras garantias prestadas, caso existam.*
- 3. Número e natureza das contas sem saldo na data acima, mas que tenham registado movimento durante os doze meses findos naquela data.*
- 4. Empréstimos, créditos ou adiantamentos concedidos e não liquidados, incluindo o plano e outras condições estabelecidas para o seu reembolso, bem como quaisquer ónus, hipotecas, penhores ou outras responsabilidades existentes para sua garantia.*
- 5. Relação de letras e/ou outros documentos em vosso poder, indicando separadamente (i) valores descontados, (ii) valores para desconto e (iii) valores para cobrança.*
- 6. Relação de todos os títulos ou outros valores depositados à guarda desse Banco ou para servir de garantia a qualquer operação, mencionando os ónus ou restrições a que possam estar sujeitos.*
- 7. Quaisquer outras informações referentes a transações, concluídas ou a concluir, entre esse Banco e a Entidade em referência, relacionadas ou não com os pontos anteriores, e que possam revestir-se de interesse no âmbito do exame das contas a que estamos a proceder (exemplos:*

*documentos e cartas de crédito, transferências aguardando cobertura, operações em moeda estrangeira, aplicações financeiras, ações do banco, empréstimos, etc.).*

*8. Lista das pessoas autorizadas a assinar cheques e outros documentos em nome da Entidade, indicando as condições de validade das respectivas assinaturas.*

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e equivalentes de caixa são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte dos fundos rotativos, e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

### **3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO**

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores entre os exercícios de 2019 a 2018, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Os direitos a receber devem ser apropriados levando em consideração a previsão da receita orçamentaria aprovada na Plenária do exercício correte. Orientamos que os registros ocorreram pela emissão dos boletos e controlados mensalmente (conciliadas) devido aos cancelamentos e novas solicitações de profissionais. O subsistema patrimonial obedece ao princípio da competência, de acordo com a Lei nº 4.320/64, Título IX – Da Contabilidade:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador.



Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Varição Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

Identificamos também a total ausência de controle financeiro, o Conselho não possui ferramenta automatizada (sistema) para controlar suas contas a pagar, contas a receber e inadimplentes. Nos impossibilitando de mensurar os direitos a receber pela autarquia.

### ✓ **Opinião**

O CREA-PB apresenta um valor de Anuidades a Receber em montante que não conseguimos mensurar que não figura em seu Balanço Patrimonial devido à não constituição de Ajuste para Perdas, cuja metodologia não representa a realidade contábil, orçamentária e financeira da autarquia.

Há a necessidade de revisar/efetuar a metodologia ajuste para possíveis perdas no recebimento de Créditos a Receber, sobre o assunto, o MCASP dispõe:

*Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos.*

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos. Todavia, foi verificada a necessidade **de reclassificação de parcela dos créditos para o Ativo não Circulante por ocasião de sua inscrição em Dívida Ativa conforme orienta o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público** - 8ª edição, no item 5.2.3:

*Os créditos referentes à dívida ativa **devem ser inicialmente registrados como dívida ativa do ativo não circulante**, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.*

***Caso o ente tenha condições de estimar com razoável certeza o montante de créditos inscritos em dívida ativa com expectativa de recebimento em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, esta parcela poderá ser reclassificada para o ativo circulante.***

### 3.1.4 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material de limpeza, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

#### ESTOQUE INTERNO - ALMOXARIFADO

##### ✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, atestando o valor patrimonial registrado para esse grupo.

##### ✓ Constatações

Através de procedimentos alternativos de regressão e recomposição de quantidades físicas a partir da listagem, efetuamos testes de observância e substância, validamos o saldo em “Estoque”, além de receber atributo de risco baixo no ponto de vista da exposição ativa e no volume de transações.

##### ✓ Opinião

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, tornaram-se ineficientes em função da falta de controles internos apropriados.

### 3.1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **78%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 909.051,39** equivalentes a um percentual de **4%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS		Variação 1º sem/19 X 2º sem/18			
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	21.690.009,89	78,29	20.780.958,50	85,00	909.051,39	4,37
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	1.473.726,03	5,32	507.290,46	2,08	966.435,57	190,51
<b>IMOBILIZADO</b>	20.216.283,86	72,97	20.273.668,04	82,93	-57.384,18	-0,28
BENS MÓVEIS	3.705.357,48	13,37	3.397.481,89	13,90	307.875,59	9,06
BENS IMÓVEIS	18.823.719,98	67,94	18.755.796,97	76,72	67.923,01	0,36
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO AC.	-2.312.793,60	-8,35	-1.879.610,82	-7,69	-433.182,78	23,05
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-1.003.578,60	-3,62	-832.238,82	-3,40	-171.339,78	20,59
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-1.309.215,00	-4,73	-1.047.372,00	-4,28	-261.843,00	25,00

### 3.1.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Assim como 3.1.2, o CREA-PB não aplica metodologia para mensurar o Ajuste com Perdas de Créditos de Longo Prazo baseia-se exclusivamente na proposta orçamentária, não sendo constituída Provisão dos Créditos a Receber (Dívida Ativa).

É importante salientar que a Dívida Ativa não *modifica a estrutura patrimonial da entidade*, antes pelo contrário: integra esse patrimônio. E, como tal, deve ser mensurada e revestir-se das características qualitativas das Demonstrações Contábeis: relevância e fidedignidade. Para ter representação fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos, ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. A neutralidade é alcançada na medida em que utilizam-se critérios válidos para avaliação do Patrimônio.

A prudência não pode ser exagerada a ponto de gerar uma informação que não retrate a realidade patrimonial do ente, a mensuração do ajuste para perdas deve basear-se em estudos especializados que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, **de modo a não superestimar e nem subavaliar o patrimônio real do ente público.**

### 3.1.2.1 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **72%** do saldo do ativo não circulante recebendo atributo de risco alto sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **0,2%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ 50.384,18**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

#### ✓ **Procedimentos de Auditoria**

O Conselho não realizou os procedimentos de inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade em relação aos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

#### ✓ **Opinião**

Devido à falta de controles internos aderentes aos saldos mantidos em Ativo Imobilizado não nos foi possível opinar sobre os valores, efetuaremos novos testes de auditoria no encerramento do Exercício.

## 4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

### 4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **3,57%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 126.207,01**, equivalentes a um aumento de **14%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 1º sem/19 X 2º sem/18	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	988.760,67	3,57	862.553,66	3,53	126.207,01	14,63
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVID. E ASSISTENC. A PG. A C.P.	174.345,18	0,63	168.539,28	0,69	5.805,90	3,44
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	115.602,12	0,42	26.724,52	0,11	88.877,60	332,57
PROVISÕES A CURTO PRAZO	653.358,57	2,36	603.372,26	2,47	49.986,31	8,28
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	45.454,80	0,16	63.917,60	0,26	-18.462,80	-28,89

### 4.1.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CREA-PB.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

#### 4.1.2 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

##### ✓ Procedimentos de Auditoria

Uma provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Autarquia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

##### ✓ Recomendação

Portanto, recomendamos ao Setor Jurídico que informe em um relatório, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

<b>Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.</b>	<b>Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.</b>	<b>Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.</b>
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

#### **Reconhecimento da Provisão:**

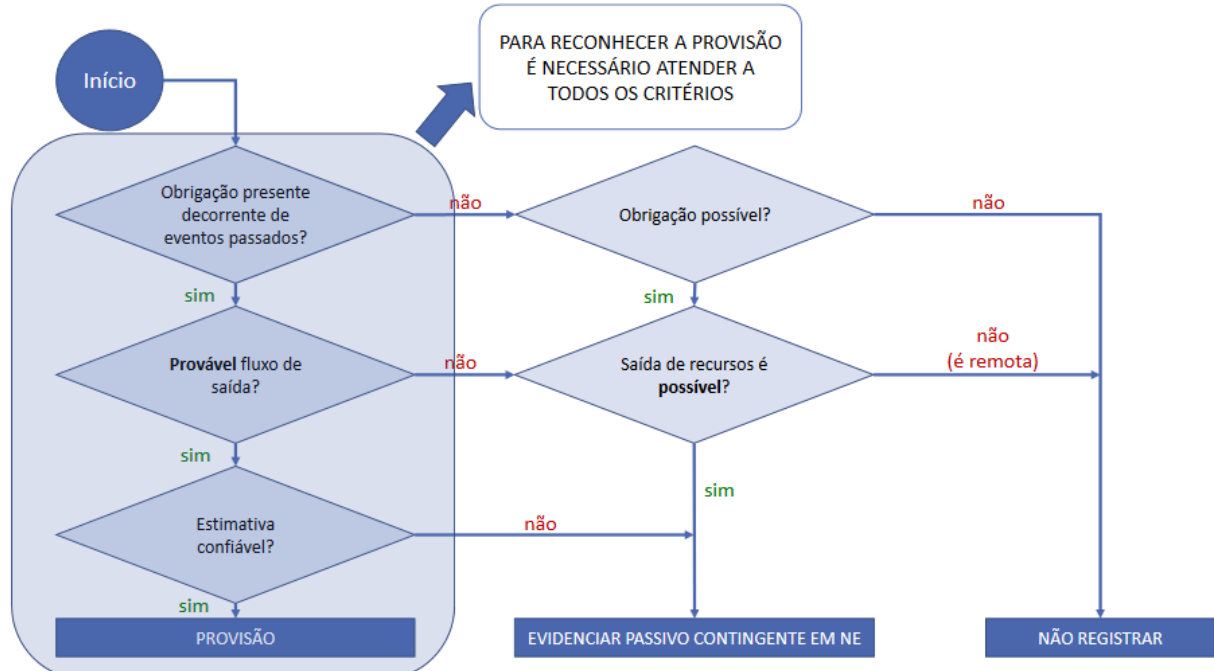
Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

## Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.

### Árvore de Decisão



### 4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **96%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **13%** entre 2019 e 2018.

PASSIVO	SALDOS				Variação 1º sem/19 X 2º sem/18		
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.584.421,71	85,13	-	0,00	23.584.421,71	100,00	
Superávits ou Déficits do Exercício	3.132.376,75	11,31	-	3.341.676,60	-13,67	6.474.053,35	-193,74
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	26.926.098,31	110,14	-26.926.098,31	-100,00	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>26.716.798,46</b>	<b>96,43</b>	<b>23.584.421,71</b>	<b>96,47</b>	<b>3.132.376,75</b>	<b>13,28</b>	

#### ✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

#### 4.1.4. Ajustes de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, como o próprio nome já diz claramente visa ajustar saldos contábeis retroativos, esquecidos, não contabilizados ou classificados de forma errada, nunca do exercício atual, e integra a conta Resultados Acumulados.

Após fazer todos os ajustes necessários, faz-se necessário **zerar essa conta** de **Ajustes de Exercícios Anteriores** contra as contas de “Lucros Acumulados ou Prejuízos Acumulados”. Caso a conta de ajuste fique com saldo final a crédito, é necessário debitá-la em sua totalidade e creditar a conta de Lucros Acumulados. Agora, se esta importar num saldo final a débito, deverá debitar a conta de Prejuízos Acumulados e creditá-la em sua totalidade também. Lembrando que a conta de **Ajustes de Exercícios Anteriores deve encerrar o exercício com saldo igual a zero.**

## 5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

---

### Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor previamente designado e tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, é exceção quanto a não realização de procedimento licitatório.

Avaliamos os procedimentos quanto à utilização de Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto concedidos aos servidores do CREA-PB e a correta forma de prestação de contas do mesmo, baseados em três aspectos mais relevantes:

- ✓ Observância dos Prazos;  
*Obs.: Sem inconformidades*
- ✓ Análise dos Comprovantes;  
*Obs.: Sem inconformidades*
- ✓ Análise das Formalidades;  
*Obs.: Sem inconformidades*



## 5.1 SUPRIMENTOS DE FUNDOS - ANÁLISE DOS COMPROVANTES

Os comprovantes de despesa realizada com recursos oriundos de Suprimento de Fundos têm as mesmas características de quaisquer documentos relativos a despesas subordinadas ao processo normal de pagamento.

As suas principais características são:

- a) os documentos fiscais, notas fiscais de vendas, notas fiscais de prestação de serviços – pessoa jurídica, faturas e recibos de pessoas físicas **não** deverão conter rasuras, acréscimos, entrelinhas;
- b) deverão ser emitidos **por quem forneceu** o material ou prestou o serviço;
- c) **deverão estar em nome do responsável pelo suprimento de fundos (recibos) ou do órgão a que o mesmo pertencer (CREA-PB);**
- d) deverão ainda constar obrigatoriamente

- A data de emissão, que deverá ser sempre igual ou posterior à data da concessão (data do empenho) do Suprimento de Fundos;

- Detalhamento do material fornecido ou do serviço prestado, **evitando-se generalizações ou abreviaturas que impeçam ou dificultem o conhecimento da natureza das despesas** e da unidade fornecedora de materiais ou serviços (discriminação da quantidade de produto ou de serviço) e;

- No caso de serviços prestados por pessoas físicas: nota fiscal avulsa - se o prestador de serviço tiver inscrição municipal - e o recibo de pagamento de autônomo - que deve conter número do registro Geral (RG) e CPF e inscrição no INSS, se for o caso.

### ✓ PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de solicitação de suprimento de fundos referente ao ano de 2019.

### ✓ Constatações

- ✓ **Observação 1:** Os documentos comprobatórios de despesa constam, claramente, a discriminação do material fornecido ou do serviço prestado, não se admitindo discriminação genérica ou emprego de abreviaturas que impeçam a clara identificação do objeto da despesa.
- ✓ **Observação 2:** Os comprovantes de despesas realizadas não podem conter rasuras, acréscimos, emendas ou entrelinhas.
- ✓ **Observação 3:** Os documentos comprobatórios de despesa devem ser apresentados em original emitidos por quem prestou o serviço ou forneceu o material, em nome da Unidade Gestora (CREA-PB) ou do responsável pelo suprimento (recibos).



✓ **Opinião**

Procedemos ao minudente exame dos comprovantes, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender à necessidade, não havendo dificuldades que justifique um apontamento.

## 5.2 DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, passamos a análise dos processos econômico-financeiros de utilização cartões de abastecimento de combustível, passagens e ajuda de custo de deslocamento, em conformidade com exigência contida em normativo interno.

✓ **Constatações**

Constatamos que os processos elencados abaixo, que foram objeto de nossas análises, estão de acordo com as normas, devidamente justificado, autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que os desembolsos estão corretamente justificados e aprovados e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

## 6. LICITAÇÕES

---

### **Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria e Constatações.**

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos no exercício de 2019, para com base em critérios estabelecidos no Edital, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstra:

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;

4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário**;
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada pelo setor de Licitações e Contratos nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo CREA-PB no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente.

O controle interno em uso nos pareceu atender a necessidade da Autarquia, já que as atividades desenvolvidas são consubstanciadas por situações típicas do segmento.

## 8. CONCLUSÃO

---

O presente relatório composto de 28 (vinte e oito) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **CREA – PB** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

João Pessoa/PB, 24 de janeiro de 2020.



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O “S”PB

  
**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”ES

Sócio Sênior

  
**Phillippe de Aquino Pereira**  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PB

  
**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”PB





# AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

[www.audimec.com.br](http://www.audimec.com.br)